

## Moção

### LUTAR PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E DOS POVOS, A PAZ E A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA

A complexa situação que se vive a nível internacional e europeu, com impactos no plano nacional, num contexto de globalização capitalista e neoliberal em que a opção por uma política que tem na sua génese a exploração, o desemprego, a precariedade e a desvalorização do trabalho ao serviço do capital é a causa do crescimento explosivo das desigualdades, com a concentração da riqueza numa camada cada vez mais pequena da população mundial.

O grande capital e as grandes potências da UE, como parte integrante do sistema capitalista dominante, impõem políticas ditas de austeridade, que têm conduzido ao aumento da exploração e ao empobrecimento dos trabalhadores e dos povos de vários países, destacando-se a Grécia, Portugal e Chipre, mas também com expressão na Irlanda, na Espanha, Itália, entre outros.

Nos últimos anos centenas de milhares de trabalhadores foram obrigados a procurar emprego fora de Portugal, num surto de emigração só comparável aos piores anos do Fascismo, elevando a mais de cinco milhões o número de portugueses e seus descendentes a viverem no estrangeiro.

A CGTP-IN defende o constante e urgente reforço da solidariedade activa entre os trabalhadores e os povos na luta contra as políticas anti-sociais, procurando verdadeiras alternativas de progresso e justiça social.

No quadro da liberalização resultante da criação da Organização Mundial do Comércio e de Acordos e Tratados Comerciais para impor o domínio das multinacionais sobre a soberania dos povos, os principais centros capitalistas firmam tratados que visam assegurar esse domínio, sendo exemplos disso o Tratado Transatlântico entre os EUA e a UE (TTIP), o Acordo Global Económico e Comercial (CETA), entre a UE e o Canadá, o Tratado Sobre o Comércio nos Serviços (TISA), o Tratado TransPacífico entre os EUA e 11 países da região e vários Acordos e Parcerias Económicas entre a UE e várias regiões do Mundo, designadamente com os Países ACP.

As guerras, os conflitos, a pobreza extrema e o desemprego conduzem ao aumento dos movimentos migratórios, tanto de migrantes económicos como de refugiados e dos que procuram asilo. Os muitos milhares de imigrantes e refugiados que morrem no Mediterrâneo, na Europa ou no Sudeste Asiático, são a imagem chocante e devastadora desta realidade. Na União Europeia, as políticas neste domínio têm privilegiado intervenções armadas e policiais, em vez de incrementarem a solidariedade, o resgate e o apoio humanitário.

Perante a presente situação mundial, assume importância acrescida a luta pelo estabelecimento de uma nova ordem económica e social, que promova um desenvolvimento sustentado, como perspectiva global que corresponda às exigências ambientais e à utilização controlada dos recursos naturais e que assegure trabalho com direitos e respeito pelas Normas e Convenções da OIT.

#### **Construir uma paz duradoura – Desenvolver a cooperação e a solidariedade internacionalista**

A Paz é condição essencial para o desenvolvimento e o progresso económico, social e cultural da Humanidade e para uma mais justa distribuição da riqueza. As guerras conduzem à morte, à invalidez, à fome e a condições de vida indignas para milhões de seres humanos, enquanto alimentam os complexos industriais militares, que constituem poderosos *lobbies* antidemocráticos.

Vivemos um período de profunda instabilidade. Persistem e surgem mesmo novos conflitos, ingerências, bloqueios, ocupações e agressões militares, provocados ou estimulados por potências imperialistas que, lideradas pelos EUA, envolvem os seus aliados europeus, frequentemente a coberto de decisões da NATO que, com ou sem cobertura das Nações Unidas, atentam contra o direito internacional. São os casos da Palestina, Iraque, Líbano, Síria, Iémen, Afeganistão, Líbia, Mali, República Centro Africana ou do Sahara Ocidental. Em muitos destes países e noutros, destaca-se o papel de grupos terroristas que, com brutais ataques armados e atentados, põem em causa a vida e a segurança das populações, contribuindo objectivamente para a desestabilização ao serviço das potências imperialistas que pretendem manter o seu domínio hegemónico.

A participação de Portugal na NATO ou em operações da própria UE é contrária aos interesses do povo português e viola os princípios expressos na Constituição da República Portuguesa, que preconiza, designadamente: *“a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares ...”*. É neste quadro que a CGTP-IN defende a dissolução daquele bloco político-militar. A defesa da paz exige o combate ao militarismo e à corrida armamentista, por um mundo livre de armas nucleares e contra a instalação e permanência de bases militares estrangeiras, designadamente na Península Ibérica.

Entretanto, em várias regiões do Globo, vários povos e países resistem e lutam pela defesa da sua soberania e por alternativas democráticas e progressistas, como na América Latina, embora o imperialismo não desista nos seus intentos de conter, ou mesmo destruir, estes processos transformadores, de que é exemplo a ofensiva em curso na Venezuela ou o continuado bloqueio a Cuba.

Neste contexto, o XIII Congresso da CGTP-IN delibera:

- Empenhar-se na luta pela Paz e pela solidariedade internacionalista – solidariedade para com os trabalhadores e os povos vítimas de embargos, bloqueios e agressões imperialistas – e defender formas de cooperação baseadas no respeito pela soberania dos povos, condição essencial para um clima de paz e confiança recíproca e factor dissuasor de potenciais conflitos.
- Desenvolver a sua acção internacional à luz dos seus princípios norteadores de defesa dos interesses dos trabalhadores e dos povos e da sua soberania, cooperando com as diversas organizações sindicais de âmbito continental, sub-regional e nacional, na base de interesses e objectivos concretos e de propostas de acção comuns ou convergentes, no quadro do desenvolvimento da luta contra a exploração e as políticas anti-sociais, em defesa dos direitos dos trabalhadores, e por alternativas políticas de progresso e justiça social.

Almada, 26 e 27 de Fevereiro de 2016

O XIII Congresso da CGTP-IN